

OAB discutirá se o reajuste é legal

A legalidade dos aumentos das semestralidades das universidades particulares, decorrentes dos repasses dos aumentos salariais dos professores, vai ser discutida pela Ordem dos Advogados do Brasil. A OAB-Rio indicou o advogado Paulo Goldrajch para acompanhar o assunto e dar parecer sobre a legalidade do repasse. O Presidente da OAB-Rio, Carlos Mauricio Rodrigues, fez a indicação depois de receber ofícios dos Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) das Faculdades de Direito da Universidade Santa Úrsula, PUC e Cândido Mendes, em que os estudantes pediam assistência jurídica. Paulo Goldrajch, que pretende dar o parecer ainda nesta semana, vai ter o auxílio da Curadoria de Defesa do Consumidor.

Nos expedientes encaminhados à OAB-Rio, os presidentes dos DCEs consideraram preocupante o aumento das semestralidades, que segundo afirmam, vai muito além das possibilidades dos estudantes e deverá causar a saída de muitos que não conseguirão continuar pagando com o repasse.

O Presidente do DCE de Direito da Santa Úrsula, Marcelo Pessanha, pediu à OAB que seja examinada a competência legal dos Conselhos Estaduais de Educação para legislar sobre aumentos de semestralidades. A possibilidade de não pagamento da mensalidade referente aos dias de greve dos professores também foi cogitada pelo estudante, que pediu o parecer da OAB. O Presidente do DCE de Direito da PUC, Aldo de Souza, também concorda que os dias de paralisação não devem ser pagos. Já o líder do DCE de Direito da Cândido Mendes, Ademir Lebre, afirma que os estudantes pretendem ir até o Tribunal de Justiça para lutar contra o repasse.